



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
15/07/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 14:50 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **REQUALIFICAÇÃO DA RUA 10 DE JUNHO - ALARGAMENTO DE PASSEIO E BERMA. CEDÊNCIA 40,00M DE TERRENO DO SR. PEDRO NUNO GRÁCIO VINAGRE.**
2. **P.A. N.º 15/2016 – AP/DISU – “RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE” PARA O PERÍODO DE 54 MESES. APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO**
3. **15.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016 – 1.ª REVISÃO**
4. **ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE GEOMÉDIA, PARA O PERÍODO DE 3 ANOS. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2015/A/117 E 2016/A/96, TODAS DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2016.**

5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA DE DIVERSOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2016/A/6 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2016.
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADE FÍSICA/GÍMNICA (PSICOMOTRICIDADE) PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NASCENTE E POENTE, PARA O ANO LETIVO 2016/2017. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.
7. ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA VITÓRIA, NA ORDEM. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.
8. SERVIÇOS DE APOIO E ACOMPANHAMENTO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA (CAF). PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.
9. REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/169 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2016.
10. MODIFICAÇÃO AO ACORDO DE EXECUÇÃO CELEBRADO COM A FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/169 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2016.

11. FASE 1-“REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE PICASSINOS, PEDRULHEIRA E TOJEIRA”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/169 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2016.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

HOMENAGEM

Por sugestão do Sr. Presidente, foi guardado 1 minuto de silêncio, como forma de prestar uma sentida homenagem às vítimas do atentado de Nice, Sul de França.

1 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA 10 DE JUNHO - ALARGAMENTO DE PASSEIO E BERMA. CEDÊNCIA 40,00M2 DE TERRENO DO SR. PEDRO NUNO GRÁCIO VINAGRE.

422 - Para a requalificação da rua 10 de Junho - Moita, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico propriedade de Pedro Nuno Grácio Vinagre, NIF 205 190 227, que confronta a Norte com caminho público (rua da Charnequinha), a Sul com José Henriques e Outro, a Nascente com requeira (rua 10 de Junho) e a Poente com Maria Joana, com artigo matricial n.º 698. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno (40,00m2) solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida autorização para construção do muro, sem projeto e isento de taxas.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 40,00m2, do prédio de que é proprietário Pedro Nuno Grácio Vinagre, com artigo matricial n.º. 698, que confronta a Norte com Pedro Nuno Grácio Vinagre, a Sul com José Henriques e Outro, a Nascente com Pedro Nuno Grácio Vinagre e a Poente com Maria Joana, para requalificação da rua 10 de Junho, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se a autorizar o proprietário a construir o muro, isentando-o de projeto e de taxas, conforme consta da ficha anexa (Anexo 1) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - P.A. N.º 15/2016 – AP/DISU – “RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE” PARA O PERÍODO DE 54 MESES. APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO.

423 - Por deliberação camarária de 23/06/2016 foi adjudicado o processo de aquisição nº 15/2016 – AP/DISU – “Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande” para o período de 54 meses, à proposta apresentada pelo concorrente SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A., NIPC 503 210 560, pelo valor total de 1.772.440,10 euros (um milhão, setecentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta euros e dez cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Na sequência da adjudicação, foi a SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A. notificada para proceder à apresentação dos documentos de habilitação e à prestação de caução, tendo os primeiros sido submetidos a 29/06/2016 e a segunda foi comprovada a 01/07/2016 com a apresentação de garantia bancária n.º 9140.042478.293 da Caixa Geral de Depósitos, S.A. no valor de 88.622,01 euros (oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e dois euros e um cêntimo), a qual se encontra arquivada no processo administrativo.

Face ao exposto e depois de analisado o processo de contratação, a Câmara Municipal delibera proceder à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98.º, nº. 1, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - 15.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016 – 1.ª REVISÃO.

Sobre este ponto registaram-se as seguintes intervenções:

O Sr. Vereador Vítor Pereira disse o seguinte:

“ Esta proposta de revisão não é positiva. É incompreensível que só agora seja presente esta revisão em reunião de Câmara. Andámos a fazer o quê, este tempo todo? Estamos em cima do próximo orçamento, já em outubro. O índice de execução orçamental vem a diminuir de ano para ano, cada vez se satisfaz menos as necessidades dos munícipes. Nos últimos 3 meses não vai ser possível fazer quase nada, apenas o mínimo dos mínimos. Não

vamos ter tempo para abrir concursos para as obras contempladas na revisão. E em muitos casos nem há projetos para as obras. Esta proposta apresentada não é real, é virtual. A bem dos Marinhenses, o PS deveria ter em consideração que precisa de governar em diálogo e não como se tivesse a maioria absoluta. O PS não vai fazer obra, vai fazer pouca ou nenhuma. Esta revisão é a antecipação da campanha eleitoral. Há falta de informação qualificada em relação às alterações orçamentais que foram feitas. A documentação que foi entregue não tem fundamentação, veio em letra quase ilegível e sem cabeçalhos. Há várias rubricas que merecem repúdio, a questão do pessoal é claramente uma manobra eleitoral. Estou convicto que esta revisão é um desbaratamento de dinheiro, não vai ter efeitos práticos e o saldo de gerência vai engordar para o próximo ano e vai diminuir ainda mais a taxa de execução orçamental. Os apoios às coletividades e a adutora dos Picotes são rubricas positivas, mas isso não significa que vamos votar positivamente na globalidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse o seguinte:

“ Também me identifico com algumas das coisas ditas pelo Sr. Vereador Vítor Pereira, são constatações. É indelicado por parte da Câmara apresentar um documento de 23 páginas mal formatado, ilegível e sem qualquer comentário ou fundamentação, o que dificulta a sua análise. Lamento o atraso desta revisão orçamental. Recordo que em dezembro, aquando a apresentação do orçamento, que já sabíamos que eram necessários alocar 7 milhões de euros e que em Abril quando se aprovaram as contas, a revisão deveria ter sido logo feita. Agora não é o “timing” correto. É fundamental haver concertação política atempada de um documento desta importância e grandeza. Esta revisão contempla obras fundamentais desde há muitos anos, como por exemplo a adutora do alto dos picotes, pois com a frequência com que têm acontecido roturas, estamos a correr grandes riscos. Há ainda um conjunto de projetos fundamentais para o Concelho que constam na revisão, mas que não estão priorizados, nem têm enquadramento justificativo. O executivo perante está a fazer chantagem com a população, ao querer atribuir culpas aos restantes 5 elementos da Câmara. Há ainda obras essenciais que estão por fazer e que não constam nesta revisão: o mercado, a piscina, o acesso à ZI e alternativas rodoviárias. Se querem trabalhar em prol da Marinha Grande devem fazer a revisão com todos os membros do executivo. Sugiro que o ponto seja retirado para ser concertado por todos os membros da Câmara. ”

O Sr. Vereador António Santos disse o seguinte:

“ Há obras fundamentais, essenciais e importantes que constam nesta revisão. Só porque há estas obras, já é razão suficiente para eu votar favoravelmente. Eu estou ao lado das pessoas. Já tinha dito à população que se viessem plasmadas na revisão essas obras, eu votaria a favor. Quando se trata do nosso Concelho, das pessoas e da dignidade humana, basta mudar a vida de apenas uma só pessoa, que tem o meu voto favorável. Voto pelas pessoas e pela Marinha Grande. “

O Sr. Vereador Carlos Logrado disse o seguinte:

“Esta Câmara tem condições invejáveis para se tornar líder nacional e tem condições, já há muito tempo! Temos uma estrutura financeira sólida, um conjunto de incentivos nacionais e europeus excecionais que permitem fazer quase tudo o que nós já prometemos aos munícipes. Tem fundos disponíveis próprios muito próximo dos 11 milhões de euros, tem uma capacidade de endividamento que ronda os 26 milhões, programas de candidaturas praticamente para tudo, até para águas e saneamento que se pensava já não ser possível. O Governo criou um programa que vai majorar os que conseguirem realizar investimentos ainda este ano. Temos programas com concurso aberto ou já anunciado, nas seguintes áreas:

- Mobilidade*
- Requalificação urbana*
- Competitividade*
- Empreendedorismo*
- Turismo*
- Águas e saneamento*

Sei que é arriscado o uso de toda a nossa capacidade de endividamento e não se deve utilizar toda essa capacidade, dado a instabilidade política que se vive na Europa.

Proponho internamente que nos comprometamos na íntegra com as nossas promessas eleitorais, junto dos eleitores.

Não perdemos receita, hoje é mais fácil governar a Câmara do que antes de 2008. Podemos fazer praticamente tudo, o que nós já ousámos prometer às pessoas.

Mas a Câmara não tem uma máquina ágil e rápida para conseguir aplicar estes montantes. É demasiado legalista.

Os agentes da mudança são o Presidente e o executivo, mas quem controla internamente a CMMG, não quer esta mudança. Mas, mais importante que essas 3 ou 4 pessoas que controlam a CMMG, é o interesse do Concelho. O problema não é de agora, e hoje conheço bem como a Câmara funciona, e acredito que tem solução, mas não é para amanhã.

Não consegue pôr em prática aquilo que tem, mas é possível fazer-se.

Há vontade política para o fazer?!

O +C está claramente do lado da mudança e vê o PS com vontade de mudar. Concluo que os outros aqui presentes também estão prontos a colaborar.

É um falso apoio, este do PSD. Há uma serie de rubricas, quase todas consensuais entre nós, mas a discussão aprofundada das mesmas, é que pode levar às diferenças.

Quem decide, comete erros.

Fizemos um projeto para o mercado que não podemos construir. Gastámos cerca de 120 mil euros num projeto de mercado, que vamos deitar fora. Cometeram-se erros na área jurídica, que já delapidaram, desde 2008, cerca de 2 milhões ao Município.

Temos uma listagem de obras importantes nesta revisão, mas nunca participei em nenhuma reflexão sobre as mesmas. Antes dos projetos, temos que definir o que queremos, a definição conceptual. Os projetos são muito deficientes, porque usam mal a metodologia e não se envolvem as pessoas certas dos serviços no acompanhamento da obra, e isso dá problemas como está a dar agora, a obra da Rua 10 de junho. Tenho expetativas em relação a duas ruas: a das andorinhas e a estrada que liga a Vieira à Praia. É preciso envolver todos os serviços e não fazendo isto, é falta de eficácia e eficiência, e vai trazer problemas.

Este documento também serve para ver os desvios que se registaram desde o orçamento inicial. As modificações feitas ao orçamento já foram várias e legais, pois não precisam da aprovação da Câmara, são competência delegada no Presidente. Em concreto, esta revisão não contempla a verba para a competitividade e eficiência, nem para o turismo. Esta revisão serve para refletir. Aprovar este documento é fazer um mau serviço.

Reforço que sempre estive e estou disponível para fazer parte da solução. Este documento é pobre e desafio o Sr. Presidente e a sua equipa a fazer um a revisão melhor.

Esta revisão já deveria ter sido apresentada. Entre fevereiro e maio, período em que estive na Câmara, nunca fui chamado para discutir este documento. Sugiro que se faça um planeamento orçamental até outubro de 2017.

Não temos quase nenhum projetos para concorrer aos fundos comunitários. Até ao final do ano, irão pelo menos, fazer-se mais 2 revisões orçamentais.

Não é bom governante, quem quer, mas sim, quem sabe e deve partilhar-se conhecimentos. Sempre estive disponível para colaborar com o executivo. Todos os membros estão disponíveis para soluções governativas.

Conheço a Câmara por dentro, a maioria, é gente boa, empenhada e qualificada.

É preciso fazer coisas. Temos que dar prioridade absoluta a tudo o que é projeto, para não falharmos as candidaturas. Os projetos devem ser lançados fora e já, com a preparação interna e depois com o acompanhamento da obra.

Mas como não temos condições para lançar as obras este ano, logo o dinheiro não vai ser preciso. Proponho que se contratualizarmos já com a banca, com esse dinheiro conseguiremos lançar já as obras, sem o utilizar. Esta engenharia financeira permitia lançar as obras, sem termos os fundos aprovados. Mas o financiamento só é possível com a maioria da Assembleia Municipal.

As próximas revisões precisam de estar alinhadas e em convergência. Não podemos governar aos tropeções, porque isso não é bom para a Marinha Grande.

Este documento tem criatividade zero, é estático, é feito à merceeiro, não serve os interesses do Concelho, tem que melhorar. O meu contributo para a Marinha Grande, vai no sentido de ser revisto e como não o quero reprovar, sugiro que seja retirado e estudado por todos até ao consenso. O Presidente sabe fazer melhor e a Marinha Grande agradece-lhe.

A Sra. Vereadora Alexandra Dengucho disse o seguinte:

“Subscrevo na íntegra, as reflexões aqui produzidas pelo Sr. Vereador Vítor Pereira.”

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião pelas 16.35h para um pequeno intervalo. Retomaram-se os trabalhos pelas 16.55h.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente Paulo Vicente disse o seguinte:

“Enviei a todos os Srs. Vereadores a revisão orçamental e pedi que fizessem as propostas que entendessem. Há verbas consignadas para os projetos do PEDU serem feitos fora. Os projetos para o saneamento foram todos candidatados e a revisão contempla as 1as fases de vários projetos. Entre os anos 2016-2020, podemos candidatar os projetos fase a fase, e na revisão já estamos a distingui-los para que os possamos candidatar. A grande maioria dos projetos já está feita. O financiamento para águas e saneamento só é viável para fecho de malhas existentes e não para renovação de redes. Os apoios às coletividades são para cumprir, os relvados da Garcia e do ACM estão aqui contemplados. Esta revisão não foi feita de ânimo leve, teve em conta propostas apresentadas pelo Vereador Carlos Logrado. Vai ser aberto o concurso para a rua das Andorinhas e lançada a obra. A adutora do alto os Picotes é urgente, bem como o estudo hidráulico e para isso vamos ao financiamento. Todos nós sabemos que a escola da Várzea carece de obras e não tem condições para ter todos os seus alunos matriculados e por isso vai ser requalificada para Centro Escolar. Tivemos a preocupação de consultar os diversos programas eleitorais e estão contempladas algumas ações de todos os partidos e movimentos.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse o seguinte:

“Os programas eleitorais em 80 a 90% devem ser coincidentes entre todos, o que nos diferencia são os detalhes. Com base em que documento é que define que precisamos de centros escolares? Onde é que está a carta educativa que nos deve orientar? Onde está o plano estratégico elaborado pelo Prof. Augusto Mateus? O FAM já estava consignado no orçamento em 2015, porque volta a aparecer aqui outra vez? Explique-me para que são 430.000€ em aquisição de equipamentos? Onde está a revisão ao regulamento de apoio às coletividades?”

A Sra. Vereadora Cidália Ferreira disse o seguinte:

*“ Há um parecer do governo para se agregarem algumas escolas. A carta educativa está em fase final e será remetida ao conselho municipal de educação. Havendo apoio aos centros escolares, é pacífico avançar com as obras no centro escolar da Várzea, pois é o mais urgente. Os alunos estão há vários anos a frequentar outra escola, porque não têm condições na sua escola e o agrupamento concorda com a necessidade de se requalificar aquela escola, com 4 salas de pré-escolar e 8 salas de 1º ciclo e mais as valências de apoio inerentes à formação escolar dos alunos.
A carta educativa deve estar disponível dentro de 3 semanas. Os apoios às coletividades estão a ser atribuídos de acordo com o regulamento que está em vigor.*

O Sr. Presidente Paulo Vicente disse o seguinte:

“ O plano estratégico do Dr. Augusto Mateus já foi entregue, foram cumpridos os prazos e estou a lê-lo. A verba dos 430.000€ é para a desmaterialização e modernização dos serviços. Quanto à verba do FAM, todos sabem que fomos obrigados a fazer esta comparticipação “solidária” para este fundo. O ano passado pagámos antecipadamente a quota de 2016 e este ano, estamos a propor voltar a fazer o pagamento antecipado referente ao ano 2017.

O Sr. Vereador Carlos Logrado disse o seguinte:

“Nunca disse, nem digo que é uma má revisão. É pouco ambiciosa, é pobre e está muito aquém do que se deseja. A dotação “a definir” deve ter mais dinheiro, porque transmite o desejo de querermos fazer muita coisa. Ninguém consegue quantificar quanto custa fazer as redes de água e saneamento no nosso Concelho. O que é elegível são os fechos das malhas de rede, então para isso temos que fazer um estudo global desses fechos para ser mais fácil a candidatura. Temos condições para irmos mais além. Volto a solicitar que se retire o ponto para permitir a análise global do mesmo entre todos.

O Sr. Presidente Paulo Vicente disse o seguinte:

*“Não há limites para fazer revisões. O Vereador Logrado não votou o orçamento porque disse na altura que o valor nas verbas a definir eram exageradas, agora diz precisamente o contrário. Está a ser incoerente.
Não vou retirar o ponto e vamos passar à votação.”*

O Sr. Vereador Carlos Logrado disse o seguinte:

“ Incoerência zero. Demonstrei que as verbas a definir são realistas e podiam contemplar mais verbas reveladoras da nossa capacidade de financiamento.”

O Sr. Presidente Paulo Vicente disse o seguinte:

“ Neste momento, os fundos comunitários não financiam redes em baixa, nem em alta. Não queremos hipotecar as gerações futuras. Vamos proceder à votação. ”

Seguidamente foi posta à votação a seguinte proposta:

424 - Com a primeira Revisão aos Documentos Previsionais de 2016 incorpora-se o saldo da gerência anterior permitindo-se o desenvolvimento de um conjunto de projetos municipais, que são essenciais para o desenvolvimento económico, social e cultural da Marinha Grande.

Neste âmbito importa destacar os seguintes:

- 1) Requalificação do Sistema de abastecimento de água em alta, através da contratação da simulação hidráulica e dos projetos de execução da adutora e reservatório dos Picotes
- 2) Requalificação da Rua das Andorinhas;
- 3) Obras para instalação da creche social no antigo edifício da IVIMA;
- 4) Requalificação da Rua da Sapinha, na Moita;
- 5) Beneficiação da Rua da Vitória, na Ordem;
- 6) Execução da rede de saneamento nas Trutas, Picassinos, Pedrulheira e Amieira;
- 7) Beneficiação da rede viária no lugar das Trutas;
- 8) Requalificação do espaço público, designadamente no que respeita aos passeios;
- 9) Aquisição de equipamento para as cantinas escolares;
- 10) Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho;
- 11) Beneficiação do espaço de jogo e recreio do Parque da Cerca e criação de um espaço de promoção da segurança rodoviária no mesmo Parque;
- 12) Instalação de equipamentos de jogo e recreio nos estabelecimentos de ensino básico de Casal de Malta e António Vitorino e no estabelecimento de ensino pré-escolar da Fonte Santa;
- 13) Requalificação da Escola da Várzea para adaptação como centro escolar;
- 14) Aquisição de equipamento e de sinalética para a promoção do concelho;
- 15) Aquisição de equipamento informático com vista à aceleração do processo de desmaterialização administrativa e a um funcionamento mais eficiente e eficaz dos serviços municipais;
- 16) Beneficiação da Rua do Repouso até ao limite do concelho;
- 17) Construção do novo mercado municipal;
- 18) Apoio a alunos carenciados do ensino pré-escolar e do ensino básico;
- 19) Refeições escolares;
- 20) Semana da Juventude e Jornadas do Turismo;
- 21) Atribuição de subsídios a associações nas áreas de desporto, social e cultural, designadamente para remodelação de equipamentos e de infraestruturas, nas quais se incluem os relvados sintéticos;
- 22) Aquisição de manuais escolares para oferta aos alunos do ensino básico público;
- 23) Espetáculos culturais para a Casa da Cultura – Teatro Stephens;

- 24) Execução do PEDU, designadamente a requalificação de edifícios de habitação social, ligações da ciclovia do Parque Mártires do Colonialismo e Parque da Cerca, construção de interface de transportes, reabilitação integral do edifício do Jardim Luís de Camões, reforço da rede de ciclovias;
- 25) Formação profissional dos recursos humanos municipais, para melhoria da eficácia e eficiência do respetivo desempenho;

O maior volume de investimento previsto nos projetos acima enunciados respeita à execução da rede de saneamento doméstico, à execução do PEDU, à requalificação do Centro de Saúde e à requalificação da Escola EB Guilherme Stephens. Estes projetos que ascendem a vários milhões de euros só podem ser executados com recurso a fundos comunitários Portugal 2020. Para este efeito é imprescindível a incorporação do saldo de gerência que permite a execução das respetivas candidaturas e subsequente execução das obras em causa.

O esforço de investimento envolvido é absolutamente essencial para a afirmação da Marinha Grande como um concelho moderno e desenvolvido, em que se dá um passo decisivo na cobertura de serviços essenciais, avançando de forma significativa na expansão da rede de saneamento doméstico e ao mesmo tempo se aposta na requalificação urbana da cidade da Marinha Grande.

Com a presente revisão pretende-se igualmente garantir o acesso ao anunciado “Acelerador de investimento – Portugal 2020” que permite a majoração total da dotação prevista no PEDU ou no PARU.

Cabe à Câmara Municipal assumir o compromisso e a responsabilidade de desenvolver todos os esforços para que os projetos essenciais ao desenvolvimento económico, social e cultural da Marinha Grande sejam executados com a maior celeridade possível.

Cabe, igualmente, à Câmara Municipal acompanhar a execução de todos os projetos cuja implementação é possível (e necessária) em função da aprovação da presente revisão aos documentos previsionais.

Presente proposta da 15ª Modificação – 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

1ª Revisão ao Orçamento da Receita para 2016, no valor de 7.566.533,35 euros nos reforços e 115.881,25 euros nas anulações.

1ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2016, no valor de 7.465.290,29 euros nos reforços e 14.638,19 euros nas anulações.

1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2016, no valor de 5.765.355,65 euros nos reforços, com reforço de dotação em 2017 de 226.068 euros e anulação de dotação de 125.000 euros nos anos de 2018 e 2019.

1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2016, no valor de 1.317.683 euros nos reforços e 1.186,55 euros nas anulações, e ainda com anulação de dotações no ano de 2017, de 226.068 euros, em 2018 de 27.871 euros, em 2019 de 35.771 euros e em anos seguintes de 269.113 euros.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 15ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, constituída pela 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Esta deliberação foi rejeitada com 4 votos contra dos Srs. Vereadores Vitor Pereira e Alexandra Dengucho da CDU, do Sr. Vereador Aurélio Ferreira do MPM e do Sr. Vereador Carlos Logrado do +C e com 3 votos a favor do Sr. Presidente Paulo Vicente, da Sra. Vereadora Cidália Ferreira do PS e do Sr. Vereador António Santos do PSD.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“ Sempre nos pautamos por uma gestão governativa consistente e estável.

Após as eleições autárquicas de 2009, fomos a primeira força a dar o passo para que a porta de estabilidade se abrisse para a existência de um governo local que levasse por diante a feitura de obras que até aqui não têm passado de programas ou simples projectos.

Mais uma vez não vamos utilizar a política do NÃO.

É por causa desta política do Não, constante dos Governos locais que nos dirigiram ao longo destes 42 anos, que ainda não temos o saneamento básico, o Centro Histórico revitalizado, as variantes ainda não foram nem vão ser construídas, a piscina e o mercado ainda não passaram de projetos, a zona industrial que devia ser um local aprazível, está moribunda, a adutora que liga os altos picotes à nossa cidade está a rebentar pelas “costuras”.

Porque somos uma oposição responsável, não utilizamos a política do Não só para ser notado o nosso desempenho, enquanto Vereador. Lá vai o tempo para ser uma verdadeira e genuína oposição era votar sempre contra. Se tal não sucedesse, já não era considerada oposição musculada...

Somos sim, tão só e apenas, pelo progresso e desenvolvimento do nosso concelho.

Se as obras não têm sido feitas, como pretendíamos, pelo menos há 7 anos, mas daí lavamos as nossas mãos porque a culpa não é nossa porque apetrechamos, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, o Governo local com todas as ferramentas necessárias (aprovação dos orçamentos) para que as obras aparecessem. Se não o fizeram é porque não quiseram ou não foram capazes, por incompetência.

Se um documento desta envergadura não fosse aprovado, as populações que há muito tempo reivindicam obras ou benfeitorias para as suas localidades viam mais uma vez frustradas as suas expectativas, porque o executivo fica sem meios de executar certas obras.

Vamos só destacar as obras ou benfeitorias que entendemos serem prioritárias para a sua concretização:

- *Requalificação do Sistema de abastecimento de água em alta, através da contratação da simulação hidráulica e dos projetos de execução da adutora e reservatório dos Picotes;*
- *Requalificação da Rua das Andorinhas;*
- *Obras para instalação da creche social no antigo edifício da IVIMA;*
- *Requalificação da Rua da Sapinha, na Moita;*
- *Beneficiação da Rua da Vitória, na Ordem;*
- *Execução da rede de saneamento nas Trutas, Picassinós, Pedrulheira e Amieira;*
- *Beneficiação da rede viária no lugar das Trutas;*
- *Aquisição de equipamento para as cantinas escolares;*
- *Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho;*
- *Beneficiação do espaço de jogo e recreio do Parque da Cerca e criação de um espaço de promoção da segurança rodoviária no mesmo Parque;*
- *Requalificação da Escola da Várzea para adaptação como centro escolar;*
- *Aquisição de equipamento e de sinalética para a promoção do concelho;*
- *Aquisição de equipamento informático com vista à aceleração do processo de desmaterialização administrativa e a um funcionamento mais eficiente e eficaz dos serviços municipais;*
- *Beneficiação da Rua do Repouso até ao limite do concelho*
- *Construção do novo mercado municipal*
- *Apoio a alunos carenciados do ensino pré-escolar e do ensino básico*
- *Refeições escolares;*
- *Atribuição de subsídios a associações nas áreas de desporto, social e cultural, designadamente para remodelação de equipamentos e de infraestruturas, nas quais se incluem os relvados sintéticos; (Marinhense e Garcia)*

Como para nós o concelho de Marinha Grande, as pessoas e a sua dignidade humana estão sempre em primeiro, não ficávamos bem com a nossa própria consciência se víssemos as nossas gentes mais uma vez a viver em suplício (só por quezílias políticas) por não verem concretizadas obras suprarreferenciadas ou benfeitorias que há muito tempo anseiam.

Por estas razões, e só por estas, é que votamos favoravelmente.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

“A Câmara Municipal da Marinha Grande tem condições excecionais para transformar o concelho, num concelho líder nacional; os agentes de desenvolvimento já demonstraram essa capacidade, mesmo não tendo condições tão favoráveis, quanto tem tido e continuará a ter a CMMG.

É imperativo quebrarmos este enguiço ou fatalidade, não temos que necessariamente continuar a ser uma Câmara conservadora, pouco audaz e com uma aparente incapacidade de vencer o imobilismo.

Não é nenhum drama, esta revisão ter sido reprovada.

Ao invés, é mais uma oportunidade que é dada ao Presidente da Câmara para fazer uma revisão adequada aos anseios e às legítimas aspirações de todos os munícipes.

Para nós +Concelho, a revisão que hoje foi reprovada, tem algumas coisas boas. No entanto é curta.

Com as excecionais condições que a CM dispõe, pode e deve, ser mais audaz.

Não é grave que algumas das obras ou eventos considerados nesta revisão sofram um atraso de alguns dias ou mesmo de algumas semanas, porque seguramente a nova proposta de revisão que o Presidente deve apresentar, servirá melhor os interesses do Concelho.

Para nós + Concelho a aprovação de um novo documento que contemple os aspetos fundamentais da reflexão que hoje foi feita, poderá merecer a aprovação.

No entanto o orçamento não é a única ferramenta necessária à real execução de obra ou evento.

Tão ou mais importante que estes documentos provisionais, é um governo sólido estável que garanta a boa governabilidade do concelho até final do mandato.

O Presidente sabe que o + Concelho está disponível, mas que não é imperativo que essa estabilidade se faça por este modelo.

Se dúvida houvesse, foi hoje manifestado unanimemente por todas as forças que constituem esta Câmara, disponibilidade para encontrar soluções sólidas e duradouras.

A eventual utilização desta reprovação para justificar a ingovernabilidade do Concelho ou o obstáculo à realização das obras e eventos imperativos - a ser utilizado- é por isso completamente infundada e falsa.

O Presidente da Câmara tem todas as condições para encontrar essa solução sólida e duradoura.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

Voto contra.

Atendendo à importância desta revisão orçamental, que integra a incorporação de 7,5 M€ provenientes da conta de gerência do ano anterior, há duas considerações fundamentais:

- a) Domínio político: o processo conducente à apresentação desta revisão, do ponto de vista político, revela uma incapacidade, dos dois titulares de pelouros executivos, para a realização duma concertação colectiva e uma manifesta dificuldade para desenvolver um diálogo construído com os restantes elementos que constituem o órgão. Não basta enviar um mail, nos dias que antecedem a reunião de apreciação deste documento, para que os vereadores “querendo”, palavras do Sr. Presidente, possam pronunciar-se sobre um quadro de inúmeras verbas em 23 páginas.*

Uma concertação política com vista à aprovação de um documento com a importância que este tem, não pode nunca estar sujeita a este tipo de conduta. Se, em momento algum, houvesse um interesse genuíno em se obter o contributo dos elementos que constituem este órgão, em tempo oportuno, teríamos sido convocados para uma reunião onde pudéssemos discutir o assunto antes de ser elaborada a proposta agora em apreciação.

A utilização de assuntos tão sérios e importantes para o nosso Município com recurso a estratégias que visam criar na opinião pública a ideia de que a execução destas acções depende, única e exclusivamente, da aprovação da revisão, num gesto de atribuição de responsabilidade política aos restantes cinco elementos deste órgão, que não tem funções executivas, é desleal e não corresponde à verdade.

- b) Domínio estratégico-executivo: o documento continua a não revelar a existência de uma VISAO para a Marinha Grande. As acções inscritas na revisão do orçamento são avulsas, não revelando a estratégia para uma terra de desenvolvimento económico, social, cultural e desportivo. Aparecem como se todas elas fossem uma prioridade, o que revela a inexistência de estratégia.*

Não se vislumbram quaisquer políticas de desenvolvimento económico e social, de educação, uma preocupação efectiva por uma política desportiva e de planeamento cultural, uma aposta na dinamização do comércio e promoção do turismo, um cuidado no planeamento e na organização da Câmara Municipal numa lógica de uma administração moderna, próxima dos cidadãos. Aliás nem as infra-estruturas fundamentais estão assumidas como é o caso das piscinas; do desenvolvimento, infra-estruturação e acessibilidades da zona industrial; dos eixos rodoviários, que reorganizem o trânsito e redireccionem os circuitos dos veículos pesados do centro da cidade; não há verbas para apostar na criação de novos equipamentos sociais (envelhecimento, toxicodependência, juventude), medidas de apoio às famílias; o mercado.

Esta revisão integra acções que são inequivocamente fundamentais face ao estado de gravidade a que o cumprimento de serviços públicos chegou. O exemplo mais expressivo é o facto de estar em causa o abastecimento público de água e só agora estar inscrito o

projeto reservatório dos Altos Picotes como “obra definida”. Relativamente a obras objecto de financiamento comunitário, há uma reflexão a fazer-se que se prende com o facto de o Município tomar opções em função das linhas de financiamento, alocando a componente de financiamento própria a estas obras que, por vezes, condicionam investimentos prioritários (não financiados) para o concelho, como sejam o mercado, as piscinas, os equipamentos sociais.

Em relação ao mercado, a acção é referido na proposta de deliberação, mas não se encontra nos restantes documentos que integram a proposta de revisão. Também não percebemos como a acção pode estar inscrita sem que haja a localização clara e como aparece no documento desintegrada do PEDU.

Em suma, não se vislumbram quaisquer políticas de desenvolvimento económico e social, de educação, uma preocupação efectiva por uma política desportiva e de planeamento cultural, uma aposta na dinamização do comércio e promoção do turismo, um cuidado no planeamento e na organização da Câmara Municipal, numa lógica de uma administração moderna, próxima dos cidadãos.

Na verdade esta proposta de revisão do orçamento permite-nos concluir que os 7,5 milhões de euros correspondem a acções muito pensadas num modelo eleitoralista, em que se priorizam as pavimentações e a subsidiação às associações, sem que existam critérios ou uma verdadeira política do associativismo. Revela que, durante estes últimos anos, a Câmara municipal não executou acções esperando pela antecipação do quadro autárquico de 2017. Ficamos na dúvida se, a forma como o executivo permanente conduziu este processo, tem em vista a verdadeira aprovação do documento, se pretende vitimizar-se, ou se quer tirar dividendos políticos na sombra da sua incapacidade de realizar as obras, como temos assistido nos últimos anos. Esta revisão já é, apesar de formalmente não ser, o orçamento de 2017... está a ser apresentada no momento em que já devíamos estar a elaborar o principal instrumento de gestão orçamental para o próximo ano.

Desde que integro este órgão que não me identifico com os orçamentos e esta revisão também não é a excepção.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“ Confrontados com uma proposta de revisão orçamental, os vereadores da CDU lamentam profundamente quer o conteúdo, quer a forma em que decorreu todo este processo.

Historiando, podemos concluir que de ano para ano, os saldos da conta de gerência vão aumentando ao mesmo tempo que os índices de execução orçamental em termos de investimento vão diminuindo.

É nossa convicção que os índices de execução de 2016 vão ser piores que os anteriores.

Além do mais, a forma como os documentos nos foram apresentados colocaram-nos perante uma proposta mal elaborada e não devidamente fundamentada.

A sugestão de acolhimento de alterações comunicada pelo Sr. Presidente, mais não foi que o cumprimento formal de uma obrigação. Possíveis alterações, fazem-se à mesa.

A discussão destes assuntos assume um carácter de tomada de conhecimento e de informações que não se encontram plasmadas nos documentos que nos foram enviados.

Além do mais, é incompreensível o timing de apresentação desta proposta, porquê só agora?

Se retirarmos o mês de agosto, mês de difícil execução do que quer que seja, restam 4 meses para elaborar projetos, abrir e deliberar concursos e realizar obra. Impossível.

Por isso esta proposta de revisão orçamental não é real, é uma mentira.

Esta revisão orçamental, é uma revisão de fachada de mero depósito de intenções em papel e que não visa a satisfação das necessidades, mais prementes das populações. É uma proposta profundamente eleitoralista com um reforço significativo nos gastos em despesas correntes, mesmo essas, de difícil execução face aos condicionalismos legais que todos conhecemos.

Esta proposta é a prova mais evidente da total falta de planeamento, da não definição de prioridades, do desbaratamento de dinheiro público, da irresponsabilidade total, porque não existe tempo útil para fazer seja o que for.

Sem particularizar, podemos afirmar que tem um cunho eminentemente eleitoralista.

O papel de vítima, que pretende ser assumido pelo executivo permanente mais não é que o epíteto de quem faz o mal e a caramunha.

Se houver vontade política do executivo permanente, as necessidades mais prementes serão satisfeitas.

Aprovar esta revisão orçamental seria com toda a certeza resolver alguns problemas, mas seria piorar substancialmente os interesses dos munícipes.

Apesar da constante falta de resposta aos inúmeros pedidos que os vereadores da CDU tem feito, o que revela uma prática política não condizente com aquilo que se afirma, os vereadores da CDU continuam a mostrar-se disponíveis para a ouvir, estudar, ponderar e decidir em função dos interesses do Concelho."

A Sra. Vereadora Alexandra Dengucho subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira.

A Sra. Vereadora Cidália Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

" Nesta revisão ao orçamento, em que incluímos o saldo de gerência de 2015, está expresso de forma séria aquilo que se considera exequível e que está plasmado não só no programa

eleitoral do Partido Socialista, como também do que consta nos programas dos restantes partidos e movimentos que têm assento neste Executivo Camarário.

Faço-o com a consciência de estar a cumprir o meu dever de respeitar os programas para os quais nos candidatámos a este órgão.

Elenco alguns dos compromissos, como exemplo, e que constam nesta revisão.

Com a construção da Creche Social no edifício da Ivima e requalificação do Centro Escolar da Várzea, concluímos praticamente o que temos identificado no nosso programa relativo à educação.

Continuam a estar plasmados os apoios escolares aos alunos do concelho e a oferta dos manuais escolares.

Ainda nesta área pretendemos realizar obra na Escola Guilherme Stephens. O projecto que está a ser desenvolvido tem identificadas as necessidades apontadas pelo agrupamento e será feito por fases, em parceria com a administração central.

Na acção social está plasmada a continuação de recuperação de obras nas habitações sociais. Em relação à terceira idade temos considerado o apoio à S. Silvestre da Freguesia da Moita. Juventude está prevista a verba para dar cumprimento à Semana da Juventude.

No desporto, temos apoio a infra estruturas na Garcia, no Marinhense e na Embrá. Os apoios à atividade federada, assim como os apoios às atividades pontuais. A restante verba necessária para apoiar as actividades da área social.

As Jornadas de turismo.

No urbanismo e regeneração urbana, estão previstas verbas para execução de diversos projectos no âmbito da candidatura ao PEDU.

Ambiente: Alocamos verbas significativas para a resolução de carências básicas há muito sentidas pelas populações tais como: requalificação do sistema de abastecimento em alta com a contratação dos projectos para as adutoras Picotes Marinha Grande S. Pedro de Moel, reservatório dos Picotes, bem como a requalificação das redes de abastecimento em baixa.

Nos arruamentos, alvo de requalificação de outras infra-estruturas, iremos intervir no saneamento básico e pluvial bem como na pavimentação e execução de passeios nas seguintes ruas: Andorinhas, Vitória, e ainda em diversos arruamentos nas Trutas, Picassinos, Pedrulheira e Amieira.

Os projetos foram recentemente aprovados por unanimidade por esta Câmara, e candidatados a fundos comunitários.

Está em causa ainda:

Ciclovias; Interface rodoviário; Edifício do Jardim Camões; Centro Escolar; Equipar o Parque da Cerca; Equipar cantinas escolares; Pavimentar ruas; Serviços de transporte e refeições escolares; Publicidade do concelho; Conservação de instalações desportivas; Aquisição de manuais escolares; Limpeza de terrenos; Contratação de pessoas; Formação de funcionários; Contratação de serviços para a captura das matilhas; Conservação de bens; Aquisição de gás para escolas, piscinas e outros restantes equipamentos desportivos; Seguros com pessoal; Combustível para a frota automóvel; Equipamento administrativo, material informático; Equipamento parques e jardins; Requalificação do pavilhão Nery Capucho....

O que está em causa é fazer o que está nesta revisão.

Dizer, façam! É fácil. Não deixar fazer é fácil, e fruto de gente que se põe em bicos de pés que não sabe ter humildade para reconhecer o trabalho dos outros e que a única coisa que sabe fazer é dizer mal, sem ser capaz de colaborar em soluções que prestigiem o concelho.

Votar contra esta revisão é pura demagogia fruto de total irresponsabilidade e de puros interesses eleitoralistas. Votar contra uma revisão ao orçamento é facto inédito nestes 42 anos de governação livre. É estar neste cargo para fazer estagnar o nosso concelho.

Votar a favor desta revisão é ter consciência cívica e política. É olhar pelos interesses da nossa terra. É ser responsável e fazer cumprir programas eleitorais com os quais todos nos identificamos. É saber dignificar o órgão para o qual fomos eleitos e respeitar quem em nós votou e confiou.

Não posso deixar de aqui referir uma frase com que o vereador Santos se expressou quando entrou nesta sala, fê-lo com ironia, mas muita propriedade “se já todos publicamente disseram como iam votar, está já desde o início a decisão tomada, o assunto está resolvido, não vale a pena discuti-lo.”

Depois de 3h e 30m de discussão e reflexão, nada mudou. A votação já estava feita, antes de ser votada.

Porque estamos aqui para cumprir e fazer, votei favoravelmente.”

O Sr. Presidente da Câmara, Paulo Vicente, subscreveu a presente declaração de voto e referiu ainda o seguinte:

“ A não aprovação desta proposta, põe em causa a obtenção de fundos comunitários no valor de milhões de euros. Os responsáveis por todos os prejuízos causados à Marinha Grande e à sua população, são os Srs. Vereadores da CDU, MPM e +C que disso terão que prestar contas à população da Marinha Grande.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
15/07/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Nós não deixaremos de denunciar publicamente esta situação, bem como os seus responsáveis.”

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Os restantes pontos da ordem do dia, do n.º 4 ao n.º 11, foram retirados, por a sua apreciação e votação estarem dependentes da aprovação do ponto 3, com a epígrafe “15.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016 – 1.ª REVISÃO”.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

425 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 19.10horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Paula Cristina Ascenso Moreira, Técnica Superior, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião